

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C568 Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-483-2

DOI 10.22533/at.ed.832202710

1. Democracia. 2. Estado democrático. 3. Direito. 4. Cidadania. I. (Organizador) Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Em **CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – VOL. II**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse segundo volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam direitos humanos; teoria do direito, processo civil e mediação; e direitos sociais.

Direitos humanos traz análises relevantes como negação de direitos humanos, pessoas com deficiência, Agenda 2030, empresas e direitos humanos, refugiados, trabalho, América Latina, meio ambiente e nanotecnologia.

Em teoria do direito, processo civil e mediação são verificadas contribuições que versam sobre contrato social e descontinuidade da ordem, sanção e teoria positivista, duplo grau de jurisdição, mediação e o mediador.

Nos direitos sociais são encontradas questões relativas ao acesso aos serviços sociais, função social da propriedade urbana, direito de superfície e direito de laje, além da questão agrária a partir da ordem de despejo realizada no Centro de Formação Paulo Freire no estado de Pernambuco.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **A NEGAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO NAZISTA**

Enedina Gizeli Albano Moura  
Francisco Lucas de Lima Fontes  
Izabelle Carvalho Lima  
Raimundo Jucier Sousa de Assis

**DOI 10.22533/at.ed.8322027101**

### **CAPÍTULO 2..... 18**

#### **A CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A INCLUSÃO EM DESTINOS TURÍSTICOS**

Alexsandro Rahbani Aragão Feijó  
Luiziane Silva Saraiva  
Saulo Ribeiro dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.8322027102**

### **CAPÍTULO 3..... 25**

#### **O DIREITO (FUNDAMENTAL) À SAÚDE TUTELADO PELA ATUAÇÃO DA ONU - OBJETIVO 3 DA AGENDA 2030**

Graziela Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.8322027103**

### **CAPÍTULO 4..... 40**

#### **O ACESSO À JUSTIÇA NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Gerardo Bernales Rojas

**DOI 10.22533/at.ed.8322027104**

### **CAPÍTULO 5..... 65**

#### **UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE O TRATADO DE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS**

Juliana Bertholdi  
Angelina Colaci Tavares Moreira  
Marina Bonatto

**DOI 10.22533/at.ed.8322027105**

### **CAPÍTULO 6..... 78**

#### **A CRISE DOS REFUGIADOS NO CONTINENTE EUROPEU**

Alisson Maffei  
Daniela Ignácio  
Leonardo Hesper Robinson  
Pedro Trindade Petersen

**DOI 10.22533/at.ed.8322027106**

### **CAPÍTULO 7..... 90**

#### **EFEITOS PRÁTICOS DA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº 182 DA OIT NO BRASIL E**

EM PORTUGAL

Felipe Pepe Machado

**DOI 10.22533/at.ed.8322027107**

**CAPÍTULO 8..... 109**

INTERVENÇÃO ESTRUTURAL E BLOQUEIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS: O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA AMÉRICA LATINA

Luis Renato Ribeiro Pereira de Almeida

Gleison Heringer Vieira Domingues

**DOI 10.22533/at.ed.8322027108**

**CAPÍTULO 9..... 122**

ANÁLISE CRÍTICA DA CONVENÇÃO DE AARHUS EM MATÉRIA AMBIENTAL SOB A ÓTICA DO ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO: ACESSO À INFORMAÇÃO, À JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

Manoel Coracy Saboia Dias

Gabriela Garcia Batista Lima Moraes

**DOI 10.22533/at.ed.8322027109**

**CAPÍTULO 10..... 140**

OS NOVOS RISCOS DA SOCIEDADE NANOTECNOLÓGICA E SUAS INTERFACES COM O SISTEMA DO DIREITO

Raquel Von Hohendorff

Daniele Weber da Silva Leal

**DOI 10.22533/at.ed.83220271010**

**CAPÍTULO 11..... 155**

CONTRATO SOCIAL DO SÉCULO XXI E A DESCONTINUIDADE DA ORDEM

Juliano Brito

**DOI 10.22533/at.ed.83220271011**

**CAPÍTULO 12..... 172**

DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE SANÇÃO NA TEORIA POSITIVISTA DE Kelsen À BOBBIO

Heitor Antunes Milhomens

**DOI 10.22533/at.ed.83220271012**

**CAPÍTULO 13..... 187**

O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO CIVIL

Milena Rocha Carbonar

Nayara de Fátima Verdi

João Pedro do Prado Sanches

**DOI 10.22533/at.ed.83220271013**

**CAPÍTULO 14..... 195**

A MEDIAÇÃO, A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR E SUA ATUAL RESPONSABILIDADE

Iracecilia Melsens Silva da Rocha

**DOI 10.22533/at.ed.83220271014**

**CAPÍTULO 15.....208**

**O MEDIADOR NO JUDICIÁRIO: ELEIÇÃO OU CONCURSO UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA DE PIERRE ROSANVALLON**

*Claudia Ernst Rohden*

*Janaína Soares Schorr*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271015**

**CAPÍTULO 16.....221**

**UN NUEVO DERECHO SOCIAL: EL ACCESO A LOS SERVICIOS SOCIALES COMO INSTRUMENTO DE GARANTÍA DE PROTECCIÓN DE LA CIUDADANÍA**

*Maria Victòria Forns i Fernández*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271016**

**CAPÍTULO 17.....234**

**FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO DE SUPERFÍCIE E DO DIREITO DE LAJE**

*Luís Henrique da Silva Hennika*

*Janaína Rigo Santin*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271017**

**CAPÍTULO 18.....252**

**A POSIÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA DO PODER JUDICIÁRIO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLENTA ORDEM DE DESPEJO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE EM NORMANDIA EM CARUARU-PE**

*Aphonsus Aureliano Sales da Cunha*

*Elba Ravane Alves Amorim*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271018**

**CAPÍTULO 19.....271**

**CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A CENTRALIDADE DO NOVO TRABALHO: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O SUBPROLETARIADO URBANO**

*Ana Maria Paim Camardelo*

*Lucas Garcia Battisti*

**DOI 10.22533/at.ed.83220271019**

**SOBRE O ORGANIZADOR.....285**

**ÍNDICE REMISSIVO.....286**

# CAPÍTULO 19

## CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A CENTRALIDADE DO NOVO TRABALHO: IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O SUBPROLETARIADO URBANO

*Data de aceite:* 01/10/2020

*Data de submissão:* 07/07/2020

**Ana Maria Paim Camardelo**

Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
(PUC-RS)

Universidade de Caxias do Sul/RS (UCS)  
Caxias do Sul - Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/8865429290882229>

**Lucas Garcia Battisti**

Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
CAPES/PROSUC

Caxias do Sul – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/8485597129195913>

**RESUMO:** Este estudo busca compreender as principais consequências, para a categoria dos catadores de resíduos sólidos, decorrentes das modificações morfológicas dos processos de trabalho do capitalismo neoliberal. Neste contexto, levam-se em conta os dinamismos societários típicos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que, diante das tendências à precarização do trabalho, consolidam novos fragmentos de classe dentro do proletariado. Diante disso, problematiza-se o posicionamento das superestruturas jurídicas, em âmbito nacional e internacional, quanto à naturalização das relações infraestruturais que cristalizam as tendências a precarização do trabalho. Para tal, utilizou-se a revisão bibliográfica e documental. Como resultado, aponta-se que apesar dos catadores de resíduos sólidos nunca terem sido concretamente equiparados aos trabalhadores formais, quanto às garantias

sociais do trabalho, as tendências à precarização os afetam diretamente, eis que o incremento do subproletariado implica na diminuição de sua remuneração e consolida a catação como trabalho de tempo e remuneração flexível.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catadores de resíduos, Trabalho; Políticas Públicas, Cultura Política, Participação Política;

### WASTE PICKERS AND THE CENTRALITY OF THE NEW LABOUR: IMPLICATIONS AND PROSPECTS FOR THE URBAN SUBPROLETARIAT

**ABSTRACT:** This study seeks understand the main consequences, for the waste piker economic category, that result from the morphological modifications of the working processes of neoliberal capitalism. In this context, the typical societal dynamics of the development of capitalism in Brazil are taken into account, which the tendencies towards precarious labor, that consolidate new class fragments within the proletariat. Therefore, the positioning of the legal superstructures is problematized regarding the consolidation of infrastructural relations that naturalize the precariousness of work. As a result, it is pointed that, despite solid waste pickers never been specifically equated with formal workers, as social guarantees, the precariousness of work directly affects the pickers who see the increment of urban subproletariat one of the causes for the decrease of your remuneration, consolidating the picking as a flexible time, and remuneration labour.

**KEYWORDS:** Waste pickers, Labour, Public policies, Political culture, Political participation.

## 1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais”, financiada pelo CNPq, em razão do edital nº 01/2016, visa resgatar as principais dificuldades enfrentadas pelos catadores de resíduos da cidade de Caxias do Sul durante o período de afirmação e reconhecimento de sua profissão. Para tal, entre outros meios, foi utilizada a pesquisa documental nos principais jornais da cidade, visando à coleta de dados qualitativos que dispusessem sobre a situação dos catadores de resíduos nos últimos quinze anos. Este estudo, portanto, é derivado dos resultados dessa pesquisa e busca contemplá-la com a apresentação de uma abordagem teórico-metodológica que vê no trabalho dos catadores de resíduos a condição central na constituição de sua identidade social.

Ao levar em conta as implicações discutidas por Antunes (2003, p. 49) referente à múltipla processualidade do mundo de trabalho no capitalismo contemporâneo, cuja desproletarização do trabalho fabril, nos moldes fordistas-tayloristas, contrasta com a expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, os catadores de resíduos emergem como expressão de uma dupla processualidade: a intensificação do subproletariado urbano, em virtude da precarização das relações trabalhistas; e a radical heterogeneização da classe trabalhadora, decorrente do desemprego estrutural enfrentado pela sociedade brasileira. Assim, este estudo busca apontar as principais consequências, incidentes aos catadores de resíduos, relativas à processualidade de precarização das relações de trabalho no capitalismo neoliberal.

A revisão bibliográfica foi a metodologia utilizada para a caracterização da catação como processo de trabalho, bem como para a análise das abordagens teóricas, vinculadas à orientação marxista e ao materialismo histórico e dialético. Já a pesquisa documental foi realizada no intuito de identificar as principais modificações legislativas relativas ao tema.

Sob o ponto de vista da totalidade concreta há uma determinação, em última instância, entre a infraestrutura, os modos e relações de produção de determinada sociedade, e a superestrutura, as formas de validação e reprodução da acumulação capitalista. Neste sentido, o objetivo do trabalho é analisar como as diretrizes normativas, nacionais e internacionais, dispõem sobre a flexibilidade das relações de trabalho que fundamentam a infraestrutura das sociedades capitalistas. Em suma, esse estudo busca compreender como o Estado, como dimensão essencial para a legitimação da acumulação capitalista, valida processos de trabalho que amparam relações de produção que, em último grau, pauperizam parcela significativa da população.

Inicialmente, refletir-se-á sobre as dinâmicas existentes entre a infraestrutura e superestrutura, abordando o trabalho como categoria central da sociabilidade neoliberal. Posteriormente, serão apresentadas as principais alterações legislativas, em conjunto com as diretrizes de desenvolvimento econômico, respaldadas no âmbito normativo. Ainda, um perfilamento das condições de trabalho dos catadores de resíduos será apresentado,

subsidiando o debate sobre a seguridade social no Brasil. Por fim, serão esboçadas algumas perspectivas para os catadores de resíduos.

## **21 A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO: DOS VÍNCULOS GARANTIDORES À DESREGULAMENTAÇÃO**

Sem a pretensão de esgotar o tema, o tópico a seguir pretende trazer à tona a centralidade do trabalho para a constituição do catador de resíduos como ser social, trabalhador que encontra na atividade de catação os meios de promoção de sua existência. Sob essa óptica, as implicações dos processos de trabalho neoliberais serão discutidas a partir da perspectiva da formação da consciência dos catadores, prospectando implicações para esses trabalhadores.

### **2.1 Trabalho, infraestrutura e superestrutura jurídica**

Para a tradição marxista, a centralidade do trabalho advém dessa atividade ser vista como a síntese das relações entre homem e natureza, representado a expressão das relações societárias de determinado período histórico. Logo, toda relação entre indivíduo e trabalho é mediada pela natureza, que aparece como o “fundamento concreto em que o ser humano produz” (PETO; VERISSIMO, 2018, p. 2), eis que é “a fonte de todos os meios de trabalho, dos objetos que vão ser trabalhados e da dimensão em que se desenrola o processo de trabalho” (PETO; VERISSIMO, 2018, p. 2). Assim, a centralidade do mundo do trabalho decorre da necessidade humana de transformar a natureza, com fins ordenados, para prover sua existência material, o que é comum a qualquer período histórico, ante a dimensão ontológica do trabalho.

Ao passo que a acumulação primitiva separou o produtor e os meios de produção, foi estabelecida uma relação social dialética entre capital e força de trabalho, em que esse trabalho “somente pode funcionar em benefício do trabalhador se funcionar em benefício do capitalista” (IANNI, 1984, p. 16). Assim, o capitalismo se desenvolveu evidenciando a centralidade do mundo do trabalho, uma vez que essas relações estratificaram a sociedade em duas classes principais: burguesia e proletariado.

Então, as relações da infraestrutura da sociedade de classes, com seus respectivos modelos de acumulação, arraigados na divisão do trabalho, passaram a estruturar as relações entre os indivíduos, em si, e entre esses e a natureza. Ao dividir o trabalho, a partir de um intrincado sistema de divisão de tarefas, decorrente do complexo conjunto de necessidade das sociedades industriais, e formar, o capitalista e o trabalhador, as relações sociais capitalistas passaram a desenvolver-se.

Contudo, essa especialização fragmentou o processo produtivo, o próprio trabalho humano, em etapas alienadas, causando a “dissociação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção” (IANNI, 1984, p. 16). A alienação do trabalho, sua perda completa de sentido, passou a caracterizar as relações sociais, eis que o trabalhador não mais

identificava a totalidade do trabalho, mas apenas suas etapas alienadas. A reprodução dessa relação social, imbricada inicialmente em âmbito infraestrutural, consolidou, em dimensão social e política, as relações de antagonismo e alienação que fundam os conflitos entre as classes sociais.

Ora, se as relações de alienação e antagonismo são produzidas pela divisão social do trabalho, esses conflitos são reproduzidos, de maneira fetichizada, a partir da forma mercadoria, o produto dado ao trabalho individual (MARX, 1984, p. 161). Assim, a sociedade de mercadorias, assenta a troca de mercadorias como relação determinante para que os produtos adquiram uma realidade social homogênea apta a evidenciar o duplo caráter social do trabalho dos produtores: de um lado, atribui valor e define os trabalhos segundo sua utilidade social; de outro, possibilita a satisfação das necessidades humanas pela troca de mercadorias, ou seja, pela troca de trabalhos equiparados (MARX, 1984, p. 161).

A partir da consideração do trabalho como categoria central na divisão das duas principais classes sociais, a análise científica do capitalismo aponta-o como um sistema de produção e distribuição de mercadorias que corresponde à determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 1984, p. 75). Logo, o conceito de infraestrutura adquire feição necessariamente histórica por sua relação de dependência com o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, se cabe a infraestrutura erigir a produção das relações capitalistas, cabe a superestrutura reproduzir as relações que fundam esse sistema produtivo, uma vez que o capitalismo

[...] não produz apenas os produtos materiais, mas reproduz, também, continuamente, as relações de produção nas quais aqueles são produzidos, e, com elas, as correspondentes relações de distribuição (MARX, 1984, p. 76).

Assim, a reprodução das relações capitalistas é validada conforme as modalidades de consciência e as possibilidades de mobilização política das classes fundamentais desse sistema, ou seja, em dimensões fundamentalmente jurídicas e ideológicas. A dimensão de naturalização da alienação e dos antagonismos existentes entre as classes é parte essencial da manutenção dessas mesmas relações.

Marx, ao analisar o poder estatal, enfatiza sua natureza superestrutural na validação da alienação do trabalho e, posteriormente, conclui que o Estado é “ao mesmo tempo, constituído e constituinte nas relações de dependência, alienação e antagonismo” (IANNI, 1984, p. 36), sendo “uma colossal superestrutura da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que é o poder organizado de uma classe sobre as outras” (IANNI, 1984, p. 36). Ora, ao anunciar que “desde a época da acumulação originária, o poder estatal surge vinculado à burguesia” (IANNI, 1984, p. 36), a interpretação marxista do Estado aponta-o como órgão central para a validação da acumulação capitalista e para a reprodução da infraestrutura econômica.

Ainda, essa interpretação aponta que as superestruturas visam resguardar o estranhamento, atuando como “estruturas sociais autonomizadas que aprisionam o agir humano no interior de seus procedimentos reprodutivos autocentrados” (LIMA, 2015, p. 11). Não é outra a finalidade da superestrutura jurídica que, compreendendo o direito legislado e as interpretações judiciais, formaliza as relações sociais conforme as necessidades infraestruturais necessárias para a acumulação de capital. Assim, torna-se um dos meios pelas quais as classes governantes fazem valer seus interesses, pois

[...] como o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se disso que todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade livre. E, da mesma maneira, por sua vez, se reduz o direito à lei. (IANNI, 1984, p. 36)

## 2.2 Acumulação flexível e o novo trabalho

A estreita dinâmica entre infraestrutura/superestrutura, isto é, entre a produção e reprodução da sociedade capitalista, segue um fluxo histórico baseado no desenvolvimento do processo real de produção. Essa reprodução depende da efetivação de mecanismos superestruturais validados pelo Estado que, por sua vez, legitima um conjunto de formas de consciência como a filosofia, a moral e o direito (MARX, 1984, p. 146-147). Assim, nessas sociedades, qualquer análise sobre o direito deve compreender, concomitantemente, a abordagem sobre a acumulação daquele período, pois “na essência do capitalismo estão, ao mesmo tempo, a mais-valia, que funda a acumulação de capital e o proletariado, que produz a mais-valia” (IANNI, 1984, p. 13).

Assim, partindo da ideia de que o capitalismo é um “sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia” (IANNI, 1984, p. 8), cuja forma predominante é a mercadoria – por ocultar, sob o valor de uso, o valor de troca – Marx tomou a relação produtora da vida social, o trabalho, como ponto de partida para uma teoria geral sobre a acumulação capitalista. Seu intuito era compreender o que estava por detrás das relações de alienação e antagonismo que eram ocultadas pela forma mercadoria.

Ao considerar as relações manifestadas entre trabalho, sob a forma de trabalho assalariado, e meios de produção, sob a forma de capital, Marx percebeu que depois de deduzidos os custos de produção de determinada mercadoria, inclusive o salário do produtor, existe uma parcela do valor de troca, denominada mais-valia, que aparece oculta como lucro do capitalista, como riqueza adicional pertencente a ele por deter os meios de produção. Auferir essa riqueza é a condição de ampliação do processo de reprodução de capital e de intensificando da acumulação capitalista (MARX, 1984, p. 79).

Contudo, o processo de reprodução irrestrita do capital encontra limitações estruturais, pois é fundado na dialética que existe entre capital e trabalho, em que não

se pode tirar de uma classe sem dar a outra, da mesma forma que não se pode tirar tudo de uma classe, sob pena de extingui-la (IANNI, 1984, p. 36). Por essa razão, há uma necessidade estrutural por detrás da inclusão mínima dos trabalhadores na lógica de troca de mercadorias. Marx concluiu, neste sentido, que há uma lei geral que rege a acumulação capitalista, em que a alternância entre o exército industrial de reserva e o exército ativo nos postos de trabalho ocasiona a manutenção de condições precárias de trabalho, cujos processos intensificam a apropriação de mais valia e deterioram a existência social do trabalhador (MARX, 1984, p. 128-129).

A obra de Marx foi influenciada pelos processos de trabalho típicos da economia industrial das metrópoles europeias do Século XIX. Desde então, muito foi discutido no sentido de validar empiricamente suas assertivas teóricas. Nesse contexto, alguns autores passaram a aprofundar pesquisas sobre processos de assalariamento diversos daquele pesquisado por Marx, oferecendo contribuições à lei geral da acumulação capitalista.

Assim, se o período estudado por Marx foi marcado pela liberalização dos padrões de assalariamento e pela restrição à esfera privada, dos conflitos entre capital e trabalho, o século XX tratou de trazê-los para o âmbito político. Nesse contexto, em meados de 1930, o padrão de assalariamento fordista foi hegemonizado nas principais economias industriais mundiais. Esse modelo teve reflexo direto no Estado, que impôs um “marco regulador à livre competição de mercado” (COSTA, 2007, p. 117), a fim de “conciliar crescimento econômico e desenvolvimento social” (COSTA, 2007, p. 117) e apaziguar os conflitos de classes.

O padrão de assalariamento fordista era baseado em três interesses comuns, isto é, produtividade, renda e consumo, e considerava a garantia do emprego como compromisso político (COSTA, 2007, p. 118). Assim, os trabalhadores eram incluídos em uma escala de consumo, sustentada por direitos trabalhistas e previdenciários, e podiam, via mercado, adquirir bens que antes eram inacessíveis. Este cenário era sustentado pela “fragmentação do processo de trabalho em tarefas simples e repetitivas, que exigem pouca qualificação e iniciativa do trabalhador” (COSTA, 2007, p. 118).

Porém, a automação do trabalho promovida pelo modelo toyotista substituiu o padrão fordista nos países industrializados na década de 1970, em vias de adequar a produção à demanda, tornando-a mais barata. Consequentemente, o desemprego afetou os vínculos de proteção social, que eram estruturados em torno do trabalho assalariado, abrindo espaço para um novo modelo de acumulação capitalista: a acumulação flexível.

Neste cenário, o desemprego e a diminuição do poder de compra da classe trabalhadora deslocaram grande parte da acumulação capitalista do ramo industrial para o setor financeiro e especulativo. Essa circunstância ocasionou um processo desindustrialização, essencial para consolidar o modelo de acumulação flexível (COSTA, 2007, p. 120).

Assim, a retração da economia real ocasionou a “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2003, p. 50), processo que flexibilizou as relações de trabalho e realoca parte do contingente fabril no setor de serviços. Essa mesma dinâmica atinge os processos de trabalho, que passam a ser regidos por serviços de tempo parcial em regimes de subcontratação.

A flexibilidade e insegurança das relações de trabalho deram azo a novos fragmentos dentro da classe trabalhadora como o subproletariado, quer dizer, “o enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários, subcontratados, entre outros” (ANTUNES, 2003, p. 98) que vivem na informalidade e, muitas vezes, ganham somente o suficiente para sua sobrevivência diária. Assim, essa drástica mudança infraestrutural contrasta com a “limitada capacidade do Estado em organizar, produzir e sustentar políticas públicas, especialmente as de proteção social e trabalho” (POCHMANN, 2018, p. 71).

Portanto, a dinâmica de reformulação infraestrutural da sociedade capitalista é seguida pela necessidade de um rearranjo superestrutural, em vias de manter a validação desse sistema. Logo, tendo em vista a dimensão global do processo de acumulação flexível, essas mudanças foram impostas tanto pelos estados nacionais quanto por organizações internacionais. Nesse sentido, a seguir serão apresentadas as principais modificações no contexto da normatividade jurídica.

### **3 I CATADORES DE RESÍDUOS, ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROCESSOS DE TRABALHO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL**

De maneira sintética, busca-se apresentar as alterações jurídicas mais significativas quanto à reprodução do padrão de acumulação flexível. Em primeiro momento, o enfoque será dado à realidade brasileira, a fim de dimensionar o impacto desse padrão para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Após, serão narradas às principais modificações de caráter normativo. Por fim, as características principais dos processos de trabalho dos catadores serão apresentadas.

#### **3.1 Capitalismo e seguridade social no Brasil**

A financeirização das economias intensificou as relações de trabalho e consumo em escala global, viabilizando um fluxo monetário que reduziu a capacidade dos Estados nacionais na promoção de políticas públicas e sociais. Notadamente, essa processualidade ocasionou a importação de processos de trabalho e de modelos de desenvolvimento baseados em “políticas antilabor que possibilitaram ataques aos sistemas de proteção social e trabalhista” (POCHMANN, 2018, p. 68). Neste contexto, a globalização trouxe consequências perversas para os países de desenvolvimento tardio, pois a acumulação capitalista internacional intensificou a má distribuição de renda no interior dos países produtores.

A realidade brasileira, por sua vez, não é diferente dos demais países latino-americanos, em que o capitalismo floresceu graças à modernização do arcaico ao explorar a arcaização do moderno (FERNANDES, 2009, p. 48). No Brasil, o período de estruturação de um programa industrial e desenvolvimentista foi marcado pela institucionalização do movimento sindical, no intuito de controlá-lo, e pela consolidação de processos de trabalho fordistas sem garantia de pleno emprego (COSTA, 2017, p. 123). O resultado não podia ser outro: a modernização da classe burguesa sem a distribuição de renda ao proletariado.

Este contexto não foi favorável a estruturação de um padrão de assalariamento fordista e, conseqüentemente, os trabalhadores tiveram uma reduzida inserção no mercado de consumo. A economia brasileira continuou prezando pela exportação, dando continuidade aos vínculos de subdesenvolvimento típicos na América Latina. Em um contexto geral, nem mesmo as políticas sociais instituídas no século XXI tiveram fôlego para universalizar o bem-estar para os diversos segmentos da sociedade.

A situação dos catadores de resíduos exemplifica esse quadro, já que é uma profissão que carece de vínculos formais, de incentivos governamentais e, até pouco tempo, sequer era reconhecida. A exclusão dessa categoria às políticas sociais é tamanha que, conforme pesquisa realizada nas atividades do projeto “Catadores de Resíduos: de ‘papeleiros’ à protetores ambientais”, nenhuma das propostas legislativas que buscavam incluir os catadores de resíduos em programas sociais ou previdenciários foi, sequer, deliberada em plenário da Câmara ou Senado Federal (CAMARDELO; BATTISTI, 2018, p. 104-109).

### **3.2 Apresentação das alterações jurídicas**

Em pouco tempo os efeitos da acumulação flexível modificaram as relações econômicas nos domínios nacionais, circunstância estendida às relações internacionais. Neste cenário, a flexibilização dos vínculos empregatícios e os conflitos entre capital e trabalho foram enfatizados nas agendas de desenvolvimento econômico das principais organizações internacionais, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-Membros da ONU adotaram o documento “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, onde foram elencados 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, além de 169 metas, em um plano de ação que envolve os Estados e a sociedade civil. Dentre os objetivos, a agenda aponta a necessidade de promover “emprego pleno e produtivo”, “trabalho decente para todos”, “industrialização inclusiva e sustentável” e assegurar “padrões de produção e consumo sustentáveis”, exterminar a fome, a pobreza e a extrema desigualdade entre os países (ONU, 2015, s/p).

O documento “Trabalhar para um futuro melhor”, por sua vez, foi apresentado pelo diretor-geral da OIT em março de 2019 e busca refletir sobre as forças que estão

mudando o mundo do trabalho, enfatizando os efeitos da financeirização econômica. Visando a revitalização do contrato entre trabalho e capital, fomentando a economia real, o documento aponta como princípios a justiça social, a segurança econômica e a igualdade de oportunidades (OIT, 2019, p. 10). Por fim, a proposta apresentada se refere à fortificação dos canais de mediação entre capital e trabalho, a fim de “estabelecer uma garantia de trabalho universal” (OIT, 2019, p. 12).

Por outro lado, em âmbito nacional, leis trabalhistas e previdenciárias erigiram a seguridade social em torno das relações de trabalho. Esse aparato legislativo era a principal ferramenta de justiça social brasileira, apesar de existirem outras políticas sociais independentes à esfera produtiva. Neste cenário, os conflitos de classe tinham como principal demanda o aumento ou diminuição do grau de proteção das leis trabalhistas e previdenciárias, a fim de contemplar ou deixar de amparar novos setores.

Porém, o aumento do desemprego e de ocupações precárias, dado o processo de desindustrialização, tornou cada vez mais corriqueiro o trabalho informal, em que não existiam vínculos com a representação sindical e legislação trabalhista. Esse terreno abriu alas para a aprovação, no Brasil, da reforma trabalhista, em julho de 2017, cuja principal finalidade era a flexibilização dessas relações, arrochando o padrão de assalariamento. Em resumo, as principais alterações dizem respeito ao enfraquecimento das instituições de representação política e a flexibilização de direitos, culminando com o atrofiamento da representação sindical e a desregulamentação, até mesmo, das normas de proteção à saúde do trabalhador (KREIN, 2018, p. 87).

Ainda, o discurso de oxigenação da economia, sustentáculo da reforma trabalhista, serviu como fundamento para a proposição da reforma previdenciária, aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados Federais e do Senado Federal. Nesse projeto, além do aumento de tempo de contribuição para o direito à aposentadoria, os benefícios previdenciários foram limitados à média de todos os salários contribuídos. Ainda, programas de transferência de renda para o combate à miséria, como o benefício de prestação continuada, foram restringidos (CONGRESSO NACIONAL, 2019, s/p).

Portanto, as modificações opostas às leis trabalhistas e previdenciárias descontinuaram os pilares da seguridade social brasileira, o que se agrava com os ataques a projetos sociais, especialmente aos programas educacionais e de saúde pública. Assim, a flexibilidade das relações econômicas, ou seja, da infraestrutura social, é validada pela superestrutura jurídica, reproduzindo a insegurança e as desigualdades sociais.

### **3.3 Principais características da catação de resíduos**

Historicamente, a catação de resíduos se desenvolveu como uma atividade marginal aos vínculos formais de emprego no Brasil. Especialmente nos últimos vinte anos, em razão do “alto consumo nos centros urbanos e a produção desenfreada de produtos com curto tempo de vida útil” (FORTUNA; FOSCHIERA, 2015, p. 84), a profissão de catador

passou a ser reconhecida como uma potencial fonte de geração de trabalho e renda. Contudo, a realidade enfrentada pelos trabalhadores contrastava com a importância social de seu labor: estruturou um processo de exclusão por inclusão, em que há “inclusão por meio do trabalho e dos benefícios que o catador proporciona, mas, por outro lado, efetiva-se a exclusão pela negação dessa atividade” (FORTUNA; FOSCHIERA, 2015, p. 85), característica marcante da profissão.

Nesse contexto, as políticas de resíduos sólidos foram marcos no reconhecimento da profissão dos catadores, eis que serviram como pressupostos normativos a essas atividades, retirando-as da total informalidade, mesmo sem a concessão de pleno emprego. Na verdade, essas políticas estimularam a organização dos catadores em cooperativas, buscando o aperfeiçoamento das atividades e fomento do setor produtivo. Dentro das limitações capitalistas, houve uma relativa melhora nas condições de trabalho, acompanhando uma revitalização dos processos de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento das atividades laborais dos catadores de resíduos ocorreu simultaneamente à queda das redes de proteção social no Brasil, tendo em vista que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi instituída no ano de 2010, pela Lei nº 12.305/10. Nesse contexto, as estratégias de geração de renda aos catadores de resíduos devem ser problematizadas no contexto de precarização dos processos de trabalho, que são contrastados à retração da seguridade social a um setor, historicamente, frágil. Assim, na sequência será abordado, brevemente, um panorama geral sobre os processos de trabalho dos catadores em nível nacional e regional.

Em nível nacional, os catadores de resíduos trabalham em regime de economia familiar, de modo autônomo, ou, quando associados, pela disposição cooperativista. Quando autônomos, todas as tarefas da escala produtiva, desde a catação até a venda do material, geralmente, são concentradas em apenas uma pessoa. Esse trabalhador é exposto a uma série de riscos de saúde, além de não auferir remuneração fixa pelas suas tarefas. Por outro lado, quando associados, os catadores fragmentam seu processo de trabalho, atenuando os efeitos para saúde do trabalhador pelas melhores condições de trabalho. Ainda, a maior capacidade de negociação da cooperativa, no que se refere à venda das mercadorias, garante uma remuneração mais regular (STROH, 2016, p. 256).

Contudo, conforme informação do Movimento Nacional de Catadores Recicláveis (MNCR), no ano de 2016, “apenas 10% dos catadores brasileiros encontravam-se organizados em cooperativas e associações” (STROH, 2016, p. 249). Essa questão retrata o fato de que os benefícios que podem ser auferidos pelo cooperativismo “correspondem a processos sociais de médio a longo prazo, em geral compreendidos em torno de dez anos” (STROH, 2016, p. 265), conforme experiências já constatadas. Assim, a conjuntura brasileira aponta a uma difícil otimização desses processos de trabalho, impondo desafios a garantia dos direitos sociais e econômicos.

As experiências oportunizadas pelos projetos de extensão e pesquisa com os catadores de Caxias do Sul apontam horizontes parecidos no que se refere à dificuldade no fomento dessa escala produtiva. Até mesmo os catadores que executam suas atividades em associações, em que seriam naturais condições de trabalho razoáveis, são marcados pela “precariedade e insuficiência de instalações que possam garantir a redução de riscos de trabalho” (CAMARDELO; OLIVEIRA. STEDILE, 2015, p. 167-197), conforme observação realizada em quatro organizações da cidade.

Além de circunstâncias particulares, esse estudo evidenciou a precariedade da estrutura física das instalações das associações, as oscilações entre períodos de muito e pouco trabalho, a dificuldade de manter estável a remuneração dos trabalhadores, bem como o contraste entre a insalubridade e a ausência de equipamentos de proteção individual como traços comuns das associações (CAMARDELO; OLIVEIRA. STEDILE, 2015, p. 175-183). Complementando essas informações, a caracterização realizada com os catadores organizados de Caxias do Sul aponta que “a maioria dos catadores exerce outras atividades profissionais, o que representa 60,9% dos trabalhadores investigados” (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016, p. 95), “36,9% dos entrevistados relataram contribuir ao INSS, enquanto que 63,1% relataram não contribuir” (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016, p. 97), de modo que esses trabalhadores recebiam, em 2016, de 1,1 a 2 salários mínimos (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016, p. 99).

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A globalização de padrões de consumo e de ideários de política social e econômica ocasionou, simultaneamente, a mundialização de vínculos empregatícios frágeis e de relações de trabalho flexíveis. Esse processo ocorreu de maneira relativamente rápida, suscitando o posicionamento das organizações internacionais sobre as consequências das modificações na morfologia do novo mundo de trabalho.

Assim, o processo de acumulação flexível teve de ser respondido pelas organizações de plano normativo internacional, vale dizer, superestruturas jurídicas de escala global. Neste contexto, até mesmo as organizações que, até então, se omitiram a conter a flexibilização das relações entre capital e trabalho exararam importantes documentos no sentido de atenuar a extrema desigualdade, a fim de garantir a segurança alimentar e direitos humanos.

Se até então o processo de flexibilização das relações sociais era endossado pelo ideário neoliberal, predominante na dimensão normativa, a agenda de desenvolvimento sustentável da ONU pode ser caracterizada como um marco na busca pela conciliação entre a retomada da economia real e a manutenção da acumulação capitalista em padrões humanitários. Anos após, em 2019, a OIT aprofundou os princípios de desenvolvimento sustentável para as relações de trabalho, apresentando um plano de ação que coloca os trabalhadores em evidência, tornando viável o diálogo entre capital e trabalho.

No cenário nacional, por outro lado, as alterações legislativas apontam para uma desregulamentação dos vínculos de seguridade social construídos em torno do trabalho assalariado. Assim, a validação jurídica dos novos processos de trabalho é um processo ainda em curso, cujas consequências ainda não foram evidenciadas em sua complexidade. Ao contrário do âmbito internacional, a legislação nacional formaliza a erosão dos direitos sociais sem mensurar esses efeitos em uma escala econômica, impondo condições de existência limítrofes aos fragmentos mais frágeis da classe trabalhadora.

Assim, por entre a legitimação normativa do padrão de acumulação flexível, a emergência de regimes de subcontratação e de vagas de trabalho em tempo parcial consolidaram o subproletariado urbano como uma das camadas mais afetadas pela acumulação flexível. A precarização do trabalho, no contexto brasileiro, afetou diretamente a perspectiva alimentar desses trabalhadores, consolidando a insegurança como o principal desafio a ser enfrentado para sobrevivência diária.

Os catadores de resíduos, em geral, são afetados de forma significativa pela naturalização do padrão de acumulação flexível, pois o desenvolvimento tardio de sua profissão não possibilitou, em momento algum, a estruturação de vínculos securitários para suas atividades. Neste quesito, se a dependência às políticas sociais era uma das marcas determinantes dessa categoria, tendo em vista os poucos recursos advindos da atividade de reciclagem, o impacto da flexibilização societária põe em xeque atividades triviais à sobrevivência.

As implicações da flexibilização trabalhista e dos retrocessos das políticas sociais são claras quando contrastadas com o perfilamento dos catadores de resíduos: o incremento do contingente de desempregados, subcontratados e trabalhadores precários, em geral, aponta para um aumento da concorrência entre esses trabalhadores. A escassez de material reciclável passa a ser cada vez mais comum, o que afeta diretamente a uniformidade da remuneração, que passa a oscilar. Em última instância, há uma desvalorização da catação, tornando-a, por vezes, insuficiente para a sobrevivência familiar.

As perspectivas, por outro lado, dependem de esforços de médio a longo prazo. A organização dos catadores em cooperativas, buscando agregar valor à cadeia produtiva e possibilitar maior poder de barganha no mercado da reciclagem, é um importante passo para a melhoria das condições de trabalho. Contudo, essa estratégia não se mostrou suficiente para a emancipação e enfrentamento das principais necessidades desses trabalhadores.

Os órgãos representativos da categoria dos catadores, como o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), devem ser fortalecidos em sua atuação na organização dos trabalhadores, coordenando-os para além de suas cooperativas, em vias de torná-los sujeitos políticos contestadores das contradições sociais enfrentadas diariamente. Nesse contexto, a melhoria das condições de trabalho deve ser articulada a movimentos sociais e projetos políticos que visem à superação do modo de produção capitalista, tendo em vista o caráter central que tem a acumulação capitalista na produção

de desigualdades sociais. Assim, a emancipação dos catadores de resíduos depende da alforria dos trabalhadores em geral, suscitando a necessidade de articulações políticas conjuntas entre diversos setores.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; BATTISTI, Lucas Garcia. O reconhecimento da cidadania dos catadores de resíduos. In: IV JORNADA DE EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PAZ. 2018, Caxias do Sul. **Educação, Meio Ambiente e Cultura de Paz**. Caxias do Sul: Educs, 2019. p. 104 - 109. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-edc-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; OLIVEIRA, Mara de; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. O catador e a reciclagem: uma alternativa coletiva de trabalho e renda. In: SILVA, Enedina Maria Teixeira da; VIRGOLIN, Isadora Wahys Cadore; CAMARGO, Maria Aparecida Santana (Orgs.). **Profissão catador**: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 167-187.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; HAMMES, Margarete. Características sociodemográficas dos catadores e catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul. In: CAMARDELO, Ana Maria Paim; STEDILE, Nilva Lúcia Rech. **Catadores e catadoras de resíduos**: prestadores de serviços fundamentais à conservação do meio ambiente. Caxias do Sul: Educs, 2016, p. 88-103.

CONGRESSO NACIONAL. Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 2019. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, 2019.

COSTA, Márcia da Silva. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 115-131, Mar. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512017000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 11 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395137235>.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Global, 2009, p. 41-79.

FORTUNA, Volnei; FOSCHIERA, Elisabeth Maria. O catador e a reciclagem: uma alternativa coletiva de trabalho e renda. In: SILVA, Enedina Maria Teixeira da; VIRGOLIN, Isadora Wahys Cadore; CAMARGO, Maria Aparecida Santana (Orgs.). **Profissão catador**: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda. Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 81-96.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, Apr. 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=en&nrm=iso)>. access on 12 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>

LIMA, Rômulo André. Trabalho, alienação e fetichismo: categorias para a compreensão marxiana do Estado e do político. **Rev. Bras. Ciênc. Polit.**, Brasília, n. 17, p. 7-42, Aug. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151701>.

MARX, Karl. **Coleção grandes cientistas sociais**. Organizador: Octávio Ianni. São Paulo: Ática, 1984.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalhar por um futuro Melhor**: Comissão mundial sobre o futuro do trabalho. Lisboa: OIT, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 - ONU. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PETO, Lucas Carvalho; VERISSIMO, Danilo Saretta. NATUREZA E PROCESSO DE TRABALHO EM MARX. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, e181276, 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822018000100248&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100248&lng=en&nrm=iso)>. access on 07 Sept. 2019. Epub Dec 13, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181276>.

POCHMANN, Marcio. Desestabilização do trabalho. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe3, p. 67-77, Nov. 2018. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000700067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000700067&lng=en&nrm=iso)>. access on 11 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s306>.

STROH, Paula Yone. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: Bruna Cristina Jaquetto Pereira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA. 2016. p. 247-266.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <[awsvasconcelos@gmail.com](mailto:awsvasconcelos@gmail.com)>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

América Latina 59, 69, 70, 73, 76, 77, 109, 110, 161, 215, 220, 278, 283

### C

Cidadania 2, 11, 17, 138, 150, 164, 165, 166, 195, 196, 199, 209, 222, 232, 234, 250, 260, 268, 283

Cidadão 4, 84, 124, 128, 132, 133, 209, 263, 265

Continente Europeu 78, 79, 86, 87

Contrato Social 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170

### D

Desenvolvimento 2, 3, 5, 11, 13, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 49, 53, 54, 57, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 87, 91, 93, 94, 99, 100, 102, 107, 124, 126, 127, 129, 130, 135, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 164, 168, 169, 170, 172, 176, 185, 203, 210, 215, 218, 221, 222, 232, 235, 254, 255, 260, 262, 263, 264, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 285

Despejo 238, 252, 253, 254, 256, 261, 262, 263

Direitos Humanos 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 31, 40, 41, 45, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 87, 88, 89, 91, 93, 115, 118, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 210, 215, 218, 219, 220, 222, 232, 237, 238, 264, 268, 269, 281, 285

Direito Social 20, 25, 32, 33, 221, 240

### E

Empresas 10, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 104, 159

Estado de Coisas Inconstitucional 109, 110, 116, 117, 119, 121

Estado Democrático de Direito 2, 4, 13, 133, 137, 209, 220

### F

Função Social 70, 180, 183, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 243, 247, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 264

### G

Gênero 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 161, 168, 173, 178, 264

### I

Informação 21, 22, 59, 93, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 155, 157, 159, 169, 215, 280

## **J**

Judiciário 93, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 190, 192, 193, 197, 199, 205, 208, 209, 210, 211, 218, 219, 245, 249, 252

Jurisdição 13, 14, 28, 41, 57, 114, 115, 117, 120, 133, 134, 135, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 214, 215, 219, 254

Justiça 11, 12, 20, 27, 30, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 74, 77, 91, 94, 103, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 163, 178, 180, 190, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 235, 245, 246, 252, 253, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 269, 279

## **M**

Mediação 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 262, 279

Mediador 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 275

Meio Ambiente 10, 13, 42, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 138, 140, 143, 148, 151, 154, 168, 186, 265, 283, 285

Moradia 114, 234, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 248, 249, 251, 266

## **N**

Nanotecnologia 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153

## **O**

Ordem 1, 4, 8, 13, 14, 16, 20, 26, 69, 93, 110, 112, 116, 117, 119, 131, 133, 140, 142, 155, 156, 159, 162, 169, 170, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 183, 190, 196, 200, 202, 217, 218, 236, 241, 252, 253, 254, 256, 261, 262, 265, 266, 267, 283, 285

## **P**

Pessoa com Deficiência 20, 22, 23

Poder 2, 3, 5, 6, 7, 8, 16, 26, 31, 43, 44, 54, 57, 60, 66, 68, 70, 73, 91, 96, 102, 111, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 133, 137, 143, 160, 164, 166, 167, 168, 175, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 202, 205, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 225, 229, 234, 235, 236, 239, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 258, 265, 266, 274, 276, 282

Processo Civil 187, 188, 193, 194, 198, 202, 203, 204, 206, 209, 211, 216

Propriedade 4, 9, 128, 166, 168, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 255, 256, 264, 265, 273

## **Q**

Questão Agrária 252, 254, 255, 269

## **R**

Refugiados 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89

Resíduos Sólidos 271, 280, 283

## **S**

Sanção 55, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 236

Saúde 6, 18, 19, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 52, 58, 69, 74, 79, 85, 93, 94, 95, 100, 101, 113, 114, 117, 126, 130, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 168, 177, 221, 238, 239, 279, 280, 284

Sistema Interamericano 40, 41, 45, 59, 61, 62

## **T**

Teoria Positivista 172

Trabalho 3, 7, 9, 18, 22, 26, 27, 28, 42, 53, 56, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 148, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 172, 196, 199, 200, 206, 208, 209, 210, 216, 238, 239, 253, 262, 264, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020